



Diálogos

ISSN 2177-2940



A miséria do conspiracionismo brasileiro. A apropriação de Marx e Gramsci na obra “O eixo do mal latino-americano” de Heitor de Paola.

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i1.50033>

Natalia dos Reis Cruz

 <http://orcid.org/0000-0002-5797-2156>

Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: nataliareis@id.uff.br

The misery of brazilian conspiracy. The appropriation of Marx and Gramsci in Heitor de Paola's The axis of latin american evil.

Abstract: This article analyzes the paper of Heitor de Paola, The Axis of Latin American Evil and the New International Order, a product of the Media Without Mask movement, led by Olavo de Carvalho. The paper claims that communism dominates the world and, based on the anti-communism and the apology of liberal capitalism, the author appropriates Marx and Gramsci, distorting the ideas of these authors, in order to disqualify the left and associate it with the creation of a privileged class and the defense of a doctrinal and authoritarian project. To this end, the author manipulates the concepts of communism, capitalism, metacapitalism and imperialism, to legitimize the conspiracyist thesis, inspired by the binary view of the world, in which capitalism would represent “good” and communism “evil”, since it would claim world domination.

Key words: Conspiracy; Axis of Evil; Media Without Mask; Anticommunism; Imperialism; Metacapitalism.

La miseria de la conspiración brasileña. La apropiación de Marx y Gramsci en “El eje del mal latinoamericano” de Heitor de Paola.

Resumen: Este artículo analiza el trabajo de Heitor de Paola, El Eje del Mal Latinoamericano y el Nuevo Orden Internacional, un producto del movimiento Media sin máscara, dirigido por Olavo de Carvalho. El trabajo afirma que el comunismo domina el mundo y, basándose en el anticomunismo y las disculpas del capitalismo liberal, el autor se apropia de Marx y Gramsci, distorsionando las ideas de estos autores para descalificar a la izquierda y asociarla con la creación de una clase privilegiada y la defensa de un proyecto doctrinal y autoritario. Para este fin, el autor manipula los conceptos de comunismo, capitalismo, metacapitalismo e imperialismo, para legitimar la tesis conspiracionista, inspirada en la visión binaria del mundo, en la cual el capitalismo representaría el “bien” y el comunismo el “mal”, ya que reclamaría la dominación mundial.

Palabras clave: Conspiración; Eje del Mal; Media Sin Máscara; Anticomunismo; Imperialismo; Metacapitalismo

A miséria do conspiracionismo brasileiro. A apropriação de Marx e Gramsci na obra “O eixo do mal latino-americano” de Heitor de Paola.

Resumo: Este artigo analisa a obra de Heitor de Paola, O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Internacional, produto do movimento Mídia Sem Máscara, liderado por Olavo de Carvalho. A obra afirma que o comunismo domina o mundo e, com base no anticomunismo e na apologia do capitalismo liberal, o autor apropria-se de Marx e Gramsci, distorcendo as ideias desses autores com o objetivo de desqualificar a esquerda e associá-la à criação de uma classe de privilegiados e à defesa de um projeto doutrinador e autoritário. Para tanto, o autor manipula os conceitos de comunismo, capitalismo, metacapitalismo e imperialismo para legitimar a tese conspiracionista, inspirada na visão binária do mundo, na qual o capitalismo representaria o “bem” e o comunismo o “mal”, pois pretenderia o domínio mundial.

Palavras-chave: Conspiracionismo; Eixo do Mal; Mídia Sem Máscara; Anticomunismo; Imperialismo; Metacapitalismo.

Recebido em: 31/07/2019

Aprovado em: 02/09/2020

Introdução

Este trabalho centra-se na obra *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial*, publicada em 2008, de autoria do psicanalista Heitor de Paola, participante do *Mídia Sem Máscara*¹ e seguidor de Olavo de Carvalho, autor do prefácio da obra. A análise da referida obra será baseada em dois aspectos presentes nela: a apropriação que o autor faz de Antonio Gramsci e Karl Marx; e a manipulação dos conceitos comunismo, capitalismo, metacapitalismo e imperialismo. Estes dois aspectos encontram-se interligados para basear a narrativa conspiracionista de caráter anticomunista que caracteriza toda a obra paolina.

A obra de Heitor de Paola pode ser vista como um expoente do conspiracionismo no Brasil, que constrói uma narrativa contrária às teses triunfalistas elaboradas no contexto do fim do “socialismo real”, pois, enquanto o triunfalismo garantia a vitória incontestada do capitalismo e o fim da ameaça comunista, os conspiracionistas acreditam que o comunismo continua sendo uma ameaça ao “mundo livre e democrático”. O comunismo estaria representado, na América Latina, por um conjunto de países tidos como o “eixo do mal” - Cuba, Venezuela e Brasil, principalmente -, ou seja, os governos de Fidel Castro, Hugo Chavez e Lula, respectivamente. Faz parte dessa narrativa, a ideia de que o chamado *Foro de São Paulo* teria o objetivo de apoiar a revolução comunista mundial, assim como a criação de uma suposta União das Repúblicas Socialistas da América Latina (URSAL).

A crítica ao triunfalismo aparece na obra de Paola, que associa o autor da tese do “fim da história”, Francis Fukuyama, com organizações “de esquerda” - no caso, o *Council on Foreign Relations*, *Foreign Affairs* e *Le Monde Diplomatique*, considerados por ele como “Bíblias da esquerda mundial”- por supostamente querer construir a ideia de que o comunismo deixou de ser ameaça. (PAOLA, 2008, p. 19-20)

A ideia do triunfo liberal capitalista embasou a ideologia da superioridade incontestável da economia de mercado e as críticas a qualquer forma de regulação social – seja o Estado do bem estar social, seja o planejamento de tipo soviético -, pois qualquer mudança radical na sociedade seria impossível de dar certo e deveria, por isso, ser evitada. Houve, portanto, uma liquidação de toda tradição revolucionária e o surgimento de uma literatura revisionista em relação a vários temas caros à historiografia, como a revolução francesa e também a revolução de outubro de 1917. (MELO, 2013, p. 54)

1 O *Mídia Sem Máscara* é um movimento liderado por Olavo de Carvalho e ligado ao espectro da direita formado por elementos da pequena burguesia, como jornalistas, advogados, professores, psicanalistas, etc, que se preocupam em mobilizar vastos setores da sociedade através das redes sociais. Para aprofundamento sobre o referido movimento, ver PATSCHIKI, 2012.

Foi nesse contexto que autores como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises retomaram força no mercado, com suas teses liberais produzidas ainda nos anos 1940, que representavam uma luta política contra as então dominantes ideias intervencionistas e de planejamento econômico, apresentadas por eles como ameaças às instituições e valores de uma sociedade livre. (CASTELO, 2013, p. 217)

Na obra de Heitor de Paola, a demonização do comunismo é a tônica central, relacionando todos os resultados “negativos” das experiências socialistas ao caráter maléfico das lideranças comunistas e aos seus desejos de poder e domínio mundial. Os processos e contextos históricos ficam de fora da narrativa, pois o objetivo é a anatemização do comunismo e da ideia de revolução. A ideia de “anatemização” da revolução é o princípio de que as revoluções são anomalias ou catalisadoras de desordem social, e teria sido determinante na formulação da tese do totalitarismo. (LOFF, 2014, p. 57)

A obra de Heitor de Paola inspira-se na literatura revisionista anticomunista, que retoma as teses dos soviétólogos dos anos 1940, embora Paola não cite diretamente, durante o desenvolvimento de seus argumentos, autores que se enquadram nessa linha, mas reproduz a mesma narrativa. Apenas as obras de Stephanie Courtois - *O Livro Negro do Comunismo* (1997) - e de François Furet - *O Passado de uma Ilusão* (1995) – aparecem em seu livro, porém, a primeira só é citada na referência bibliográfica e a segunda aparece em corpo de texto, mas sem aprofundamento algum.

O que é o conspiracionismo? Segundo Castro, a história do conspiracionismo se confunde com a própria história da modernidade, pois surgiu durante a Revolução Francesa como um discurso antirrevolucionário, tendo como fundadores o padre jesuíta francês exilado na Inglaterra, Augustin Barruel (1741-1820), e o físico escocês John Robinson (1739-1805), professor da Universidade de Edimburgo. Ambos viam um caráter conspiratório na Revolução Francesa, nos objetivos e nos agentes que teriam sido responsáveis pela organização oculta do processo: a maçonaria e os Illuminatis, que pretendiam “destruir a ordem religiosa e política da França e, por extensão, do mundo cristão e monárquico ocidentais.” (CASTRO, 2016, p. 2)

Segundo Girardet (1987), a disseminação das obras conspiracionistas ao longo do século XIX introduziu o conspiracionismo em vários países ocidentais. A partir de então, o mito da conspiração passou a ser usado como discurso político e mobilizador em vários momentos históricos pelas forças de direita, ajudando na propagação de ódio, preconceitos, xenofobias, bodes expiatórios e na perseguição a grupos sociais considerados inimigos internos das nações, legitimando políticas genocidas e regimes autoritários (CASTRO, 2016, p. 2-3), sendo o maior exemplo o nazismo alemão, que construiu grande parte do seu discurso com base no mito

conspiratório judaico.

O nazismo inspirou-se em uma síntese que fundia o mito da conspiração maçônica de Robinson e Barruel com dois novos agentes conspiratórios – judeus e comunistas –, síntese esta que começou a ser construída no início do século XX com o advento da Revolução Russa de 1917 e a reorganização do discurso e da ação contrarrevolucionária ao longo dos anos 1920 e 1930.² (CASTRO, 2016, p. 3)

Segundo Barkun (2003, p. 4) e Taguieff (2006, p. 57), são quatro os princípios básicos do conspiracionismo: “nada acontece por acidente”, “nada é o que parece”, “tudo está conectado” e “tudo o que acontece é o resultado de vontades ocultas e malignas”. Tal discurso entende a política como a luta entre forças do bem e forças do mal, que ocorreria nos bastidores ocultos da política. Castro (2016, p. 4) afirma que “o conspiracionismo se tornou um dos principais elementos da cultura política ocidental, como exemplificam a teoria da conspiração da ‘Nova Ordem Mundial’ e do ‘marxismo cultural’”.

O termo “marxismo cultural” surgiu nos EUA, durante os anos 1990, nos círculos políticos da direita religiosa, sendo seus principais divulgadores, William Lind, Paul Weyrich, Pat Buchanan e o Free Congress Foundation. (BERKOWITZ, 2003) Segundo eles, vários elementos presentes na cultura política norte-americana desde o final do século XX – como defesa dos direitos humanos e civis para as diferentes “minorias” (homossexuais, negros, imigrantes), multiculturalismo, Estado laico, humanismo crítico, estudos de gênero, ambientalismo e feminismo – seriam uma “guerra ideológica” contra os valores, a cultura e a sociedade norte-americana, como resultado da ação subversiva dos intelectuais marxistas organizados em torno da “Escola de Frankfurt”, que migraram para os Estados Unidos ao longo dos anos 1930, para fugir da Alemanha nazista, principalmente Theodor Adorno e Max Horkheimer, judeus e marxistas. (CASTRO, 2016, p. 6)

O *Mídia Sem Máscara* é, no Brasil, o principal veículo de disseminação dessas teses conspiratórias, considerando-se que Olavo de Carvalho, o líder do movimento, reside nos EUA e se nutre do ambiente conspiracionista norte-americano, reproduzindo grande parte de seu discurso no Brasil.

É visível também a inspiração do neoconservadorismo norte-americano na ideias difundidas pelo *Mídia Sem Máscara* no Brasil. Os neoconservadores atuam através de vários Think Tanks que produzem e divulgam o pensamento neoconservador nos EUA e são formados por diversos especialistas que transitam por diferentes grupos de interesses e de força política. (FINGUERUT,

² Um dos maiores produtos dessa síntese é o texto apócrifo *Protocolos dos Sábios de Sião*, que organiza o discurso antissemita em relação aos judeus, tendo no Brasil, entre seus divulgadores, a Ação Integralista Brasileira, na figura do intelectual conservador Gustavo Barroso, que traduziu e publicou, em 1936, uma edição comentada da obra. (CASTRO, 2016, p. 3)

2008, p. 40)³

Irvig Kristol, um dos maiores pensadores neoconservadores nos EUA, define, em sua obra *Neoconservatism: The Autobiography of an Idea* (1995), as ideias dessa corrente como baseadas na definição do ato de governar como “distinguir entre amigos e inimigos” - ele relembra a Guerra Fria e a necessidade de se opor ao modo de vida soviético - e na revalorização do interesse nacional, entre outros elementos. Os neoconservadores pretendem moldar o mundo de acordo com os valores que consideram universais, como a liberdade e a democracia – do ponto de vista americano -, e são contrários à cultura liberal e aos movimentos de contracultura dos anos 1960, às pautas defendidas pelos movimentos identitários e ao feminismo, ao ambientalismo, à descriminalização do aborto, etc, vendo tais movimentos e ideias como geradores de uma decadência moral na sociedade americana. A ideia de degeneração moral como influência do liberalismo foi passada aos neoconservadores por Leo Strauss⁴, que afirmava a necessidade de resgatar a nação do niilismo, fortalecendo o patriotismo a partir da união nacional contra o inimigo em defesa dos “valores judaico-cristãos” enquanto identidade do ocidente (FINGUERUT, 2008, p. 88).

O discurso dos neoconservadores norte-americanos reverbera no *Mídia Sem Máscara*, sendo parte de suas narrativas a defesa dos valores judaico-cristãos frente a movimentos e pautas sociais associados ao que chamam de “esquerdismo”, como o islamismo – associado a terrorismo -, o indigenismo, o estatismo, a negritude, a liberação das drogas, o homossexualismo e o feminismo, apresentados sempre de forma pejorativa e em oposição aos valores do ocidente cristão. São críticos também das instituições globais, como a ONU, vista como dominada pelos socialistas, feministas, abortistas, etc, reafirmando o mesmo discurso do neoconservadorismo americano.

O *Mídia Sem Máscara* iniciou seus trabalhos no ano em que Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi eleito à presidência, em 2002, para agrupar diversos intelectuais de direita e construir narrativas de desqualificação e demonização das esquerdas e dos comunistas e reforçar a resistência neoliberal a um governo que tinha algum comprometimento com as causas populares⁵. A mentalidade conspiracionista do movimento encaixa-se nessa perspectiva de reação.

3 Entre os Think Tanks atuantes estão o *Council on Foreign Relations* (CFR), fundado em 1921, em Nova York; o *Hoover Institution*, fundado em 1919 por Herbert Hoover e inserido na discussão sobre o neoliberalismo (com a decisiva presença do economista Milton Friedman) e o comunismo; e *Heritage Foundation*, fundado em 1973, defendendo bandeiras que posteriormente foram abraçadas pelo governo Reagan como: governo limitado, valorização da livre iniciativa, atenção aos valores tradicionais americanos e à necessidade de um projeto nacional forte de defesa. (FINGUERUT, 2008, p. 41)

4 Filósofo político teuto-americano de origem judaica, especialista no estudo da filosofia política clássica. Foi professor de Ciência Política na Universidade de Chicago, entre 1949 e 1969, tendo influenciado várias gerações de estudantes e sido um grande crítico da modernidade. (MENDES, 2016, p. 75)

5 Faz parte desse discurso a ideia de que o Brasil viveria uma “guerra ideológica” liderada pelos chamados “petralhas”, isto é, os militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), que pretendiam transformar o Brasil num país comunista, e subverteriam a sociedade, criando as condições para o caos e a opressão “totalitária”. (CASTRO, 2016, p. 4)

1. Marx, a invenção da “nova classe” e o “Deus Profeta”

Paola faz uma apropriação de trechos da obra de Marx para corroborar a sua visão conspiracionista, associando os problemas e deformações do “socialismo real” a um suposto projeto político subjacente à ideologia de Marx.

A narrativa inicia com uma manipulação de um trecho da obra *Crítica ao Programa de Gotha*⁶, embora o autor não apresente a citação da fonte. Segundo Paola, Marx teria definido a passagem do Estado socialista para o futuro Estado comunista (aqui aparece já uma distorção flagrante, pois em Marx, em uma sociedade comunista, o Estado nem sequer existiria) com as seguintes declarações: no primeiro, imperaria “a cada um de acordo com seu trabalho”; no segundo, “a cada um segundo suas necessidades”. O primeiro exigiria algum esforço, no segundo não. Associa então o segundo imperativo à suposta situação de líderes comunistas: Marx teria vivido às custas de sua mulher aristocrática e de Engels; Lenin teria sido sustentado por sua irmã, por exilados, pelo Império alemão e pelo Estado; Fidel Castro teria vivido às custas do Partido Comunista Cubano e do Estado; Lula teria trabalhado pouco e vivido com o salário do Sindicato, do Partido e do Estado. (PAOLA, 2008, p. 82)

O primeiro passo da estratégia narrativa é, então, desqualificar lideranças da esquerda, associando-as a um projeto de constituição de uma classe de privilegiados e apresentando os seus “exemplos” de vida como “prova” da veracidade da narrativa. Além da forma desonesta como trata o que teria sido “viver às custas de outrem” nas vidas de tais lideranças (à parte a falácia narrativa de considerar Lula uma liderança comunista), Paola parte para o segundo passo da narrativa: uma apreensão totalmente errônea do que seria “a cada um segundo suas necessidades” na etapa comunista, interpretando tal situação como sendo “viver sem esforço algum”, o que seria o mesmo que “viver sem trabalhar”, supondo então que os que assim vivessem seriam as elites privilegiadas às custas do esforço e trabalho do povo.

No entanto, essa interpretação não condiz com o que Marx pensava sobre o comunismo, pois o lema “a cada um segundo suas necessidades” não prescindiria do trabalho que cada um realizaria em prol do bem comum, mas sim que o critério para a distribuição do produto social não seria a quantidade de trabalho, critério este que ainda existiria na fase socialista, posto que ainda não haveria condições materiais para se estabelecer outro critério de distribuição, portanto, ainda predominaria uma forma distributiva oriunda do direito burguês: “O direito dos produtores é

6 Obra de Marx escrita em 1875, sendo uma crítica à tendência lassaliana do movimento socialista e ao programa de Gotha, que era a expressão das ideias dessa tendência. O programa foi considerado por Marx um retrocesso.

proporcional ao trabalho que prestou; a igualdade consiste em que é medida pelo mesmo critério: pelo trabalho” (MARX, 1875, p. 7). Na fase comunista, a distribuição se daria conforme as necessidades de cada um porque se pressupunha que haveria abundância material devido a um maior desenvolvimento das forças produtivas. O trabalho de cada um continuaria existindo, mas os indivíduos teriam a possibilidade de desenvolver seus talentos e contribuir de acordo com suas vocações para a produção material e social, pois na fase superior do comunismo não haveria mais a subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e o contraste entre trabalho manual e intelectual; “só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”. (MARX, 1875, p. 7-8)

Percebe-se assim a total distorção que Paola faz do pensamento de Marx, pois, para ele, o que Marx e seus seguidores estariam defendendo seria o contrário disso, já que as lideranças comunistas teriam conseguido criar um “Estado de parasitas indolentes e inúteis”, o que seria o próprio fim proposto pelo comunismo: viver sem esforço às custas de outros, constituindo-se uma “nova classe”. (PAOLA, 2008, p. 82-83)

Faz-se assim uma leitura teleológica dos problemas existentes no modelo soviético de socialismo, baseado na centralização do poder nas mãos de uma elite burocrática, pressupondo-se que o desenvolvimento de tal modelo já estaria em germe na visão de Marx acerca do comunismo. Para isso, Paola precisou distorcer completamente a máxima de Marx “a cada um conforme as suas necessidades”.

Paola procura associar Marx a uma concepção determinista de história, que é apresentada com base em uma narrativa de fundo religioso, como estratégia de criar, para os leitores, a figura de um Marx rival de Deus e da Bíblia. Segundo ele, o controle do futuro é absolutamente necessário “para dar garantia às “profecias de Marx” e sua obra deveria substituir a Bíblia, tendo suas profecias confirmadas, “mesmo que às custas de centenas de milhões de mortos”. (PAOLA, 2008, P. 33-34)

No entanto, as interpretações mecanicistas e deterministas do pensamento de Marx não condizem com as análises do próprio Marx, cujo pensamento era dialético e bastante complexo, não havendo inevitabilidade no devir histórico em sua concepção de história. Afirmar que Marx tenha dito em qualquer ponto de sua obra que o comunismo era inevitável é uma clara deformação de seus escritos.

Marx e Engels apontaram que a passagem de um modo de produção para outro dependia do resultado de lutas de classes concretas, “que poderiam terminar com a vitória da classe mais progressista e revolucionária ou com a destruição mútua de ambas, tanto a classe dominante como

seu adversário revolucionário, e um declínio prolongado da sociedade.” (MANDEL, 1985, p. 323)

Para os dois pensadores, o triunfo do comunismo não era inevitável, o que eles afirmavam era a existência de tendências da evolução do capitalismo, e que as condições objetivas para uma revolução proletária poderiam existir, mas tudo dependeria do grau de consciência e decisão do proletariado em realizar a derrubada do capitalismo. Há uma citação de Engels que deixa isso claro, na qual ele demonstra o dilema da sociedade burguesa: passagem ao socialismo ou retorno à barbárie; triunfo do imperialismo e decadência de toda a civilização ou vitória do socialismo pela luta consciente do proletariado internacional contra as guerras imperialistas. (ARCARY, 2019, p. 32)

Para Marx, são duas as forças motrizes da história: o desenvolvimento das forças produtivas e as lutas de classes. No entanto, a intensidade da necessidade histórica – manifestada através dessas duas tendências – varia, oscila, flutua e se alterna. Dessa forma, Marx falava em tendências e contratendências. As relações sociais podem favorecer ou obstaculizar esse desenvolvimento, tendo havido, no decorrer da história, várias forças de bloqueio, com período de estagnação relativamente longos. “A luta de classes é um processo em aberto, portanto, incerto”. (ARCARY, 2019, p. 36 e 37)

Marx percebeu que não havia necessariamente correlação entre crise econômica e revolução proletária, o que ele dizia era que havia um sentido histórico – portanto, não-natural – do capitalismo e que as contradições abriam espaço para a sua superação, mas tal superação dependeria da correlação de forças e da disposição da classe operária, em sua forma organizada e consciente, de realizar a ruptura. (MATTOS, 2019, p. 14)

Augusto e Carcanholo (2014, p. 11 e 12) apontam que nem mesmo a acusação de determinismo econômico é condizente com o pensamento de Marx, já que a sua teoria busca a apreensão da totalidade da concretude história, na qual os diversos aspectos dessa realidade se entrelaçam e se condicionam mutuamente e não podem ser reduzidos em si mesmos, pois são dimensões inseparáveis do ser social que, em sua totalidade, apresenta legalidades imperceptíveis se não a partir da própria totalidade”.

Embora Marx fale em leis gerais de funcionamento do capitalismo, tais leis não são tratadas de forma determinista e teleológica em sua obra, mas apenas como tendências, ou seja, não são leis emanadas do empírico, não são inexoráveis – já que existem as contratendências – e nem possuem um fim predeterminado. (AUGUSTO; CARCANHOLO, 2014, p. 13)

Marx e Engels (2007, p. 34) assinalam que há uma conexão materialista dos homens entre si, a qual depende das necessidades e do modo de produção e que assume sempre novas formas,

apresentando uma história. Ou seja, os modos de produção são diferenciados pelas relações de produção, pelas formas de extração do trabalho excedente e de propriedade. Assim como a relação entre forças produtivas e relações de produção não é de antecedência de uma sobre a outra, mas de determinação recíproca. Por isso, as interpretações de Marx que se baseiam no determinismo econômico também são reducionistas e não abarcam a complexidade dialética de seu pensamento. As forças produtivas são apenas condicionantes e limitadoras de possibilidades, e não determinantes ou impositoras de uma necessidade única e inevitável. (AUGUSTO; CARCANHOLO, 2014, p. 16-19)

Assim sendo, a interpretação paolina está repleta de reducionismos, simplificações, esquematismos e mecanicismos bastante empobrecedores da teoria da história em Marx. Marx não previu o futuro, ou seja, não realizou profecias, apenas demonstrou as tendências históricas de colapso do capitalismo, que abririam as brechas para uma ruptura revolucionária, mas também apontou que essas tendências poderiam ser refreadas por contratendências e que, não havendo uma classe operária consciente e organizada, nenhuma revolução poderia acontecer.

2. Gramsci, “ideologia totalitária e “doutrinação”

Heitor de Paola se apropria de conceitos e ideias de Gramsci, com o intuito de empobrecer e desqualificar o conjunto do pensamento gramsciniano, e o faz devido às implicações subversivas e transformadoras da sua visão política, principalmente no que diz respeito à relação entre intelectuais e massas.

O autor afirma que Gramsci constrói uma oposição entre “intelectual orgânico” e “intelectuais tradicionais”, sendo estes últimos autônomos em relação aos interesses de classes. (PAOLA, 2008, p. 87) E a partir dessa dicotomia supostamente existente em Gramsci, Paola critica os considerados “especialistas”, os quais ele relaciona com o conceito de “intelectual orgânico” de Gramsci, rotulados por ele como simples propagandistas ideológicos, cujas análises não são científicas, embora se apresentem como tal, já que “expressam a opinião que deverá ser adotada em comum para os interesses exclusivos do Partido-classe, do intelectual coletivo”. Os “intelectuais tradicionais”, por sua vez, seriam as vítimas do autor italiano, vistos como alienados. (PAOLA, 2008, p. 88-89)

A percepção paolina sobre intelectual orgânico e intelectual tradicional na obra de Gramsci apresenta uma omissão bastante significativa em sua narrativa. Paola apresenta o conceito de “intelectual orgânico” como se tal conceito aparecesse na obra do autor italiano para designar somente os intelectuais comprometidos com as atividades políticas de subversão da ordem

capitalista, ou seja, aqueles ligados ao movimento operário e às classes oprimidas. Enquanto o conceito de “intelectuais tradicionais” apareceria, em Gramsci, como oposto aos intelectuais orgânicos, já que seriam os intelectuais não comprometidos com nenhuma causa política e ideológica, sendo neutros. O que está em jogo nessa visão deturpada do pensamento gramsciniano é a ideia de que Gramsci teria feito uma cruzada contra os “verdadeiros” intelectuais, aqueles que produziram o “verdadeiro conhecimento”, pois suposto objetivo e neutro, não inserido em causas políticas e de classe, enquanto alçava à categoria de intelectual aqueles que apenas fazem propaganda política e ideológica a favor da subversão social e econômica.

No entanto, para Gramsci, “intelectual orgânico” é uma categoria usada tanto para os pensadores das classes dominantes como para os das classes dominadas, não existindo intelectual neutro, situado acima das relações sociais e econômicas, pois todo intelectual está inserido em uma dada posição social no processo produtivo e o conhecimento que ele produz não está isento de influências políticas. Segundo Macciocchi (1980, p. 188), para Gramsci, o intelectual não é jamais autônomo em relação ao grupo dominante (a classe no poder ou a classe ascendente), ainda mais se for “grande” no sentido usual.

Dessa forma, Gramsci coloca uma questão que até então não havia sido explorada pelo pensamento marxista. O intelectual é definido como o “representante da hegemonia”, o “funcionário da superestrutura”, o “criado do grupo dominante”, “aquele que assegura o consenso ideológico (comando e hegemonia) da massa em torno do grupo dirigente, que serve de elo entre a superestrutura e a infraestrutura”. (MACCIOCCI, 1980, p. 188)

Em *Cadernos do Cárcere*, Gramsci aprofunda esta análise e afirma que todo grupo social cria organicamente camadas intelectuais para lhe assegurar homogeneidade e consciência de sua função nos setores econômico, social e político. “O empresário capitalista cria o técnico da indústria, o teórico da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2000, p. 15)

A relação entre os intelectuais e a esfera da produção é mediatizada em graus diversos por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas das quais eles são “funcionários”, ou seja, a esfera política, jurídica, entre outras. Sendo assim, não existe a oposição entre “intelectual orgânico” e “intelectuais tradicionais” na obra de Gramsci, no sentido colocado por Paola. Para Gramsci, o “intelectual tradicional” é aquele que acredita estar desvinculado das classes sociais, mas, no entanto, nasce em uma determinada classe e cristaliza-se, sendo um exemplo típico os clérigos. (GRAMSCI, 1989, p. 23) O conceito de “tradicional” está ligado ao fato de estes intelectuais pertencerem a uma sociedade tradicional, a um modo de produção em desaparecimento,

a “classes tradicionais” em via de serem suplantadas pelas classes ascendentes e pelas transformações sociais e econômicas em andamento.⁷

Se para Gramsci não existe o intelectual externo às relações de classe, como “pensamento puro” ou personalidade autônoma que difunde o saber e o conhecimento, o máximo que se pode dizer é que ele apresenta uma crítica à ideia tradicional de intelectual, baseada exatamente no mito da autonomia, o que seria, para ele, uma negação da dialética. (MACCIOCCHI, 1980, p. 191-92).

Paola omite um outro aspecto muito relevante do contexto de desenvolvimento do conceito de “intelectual orgânico” em Gramsci. O autor italiano não somente afirma que todas as classes sociais que almejam ser dominantes ou que já o sejam possuem os seus intelectuais orgânicos como defende a necessidade da classe operária ter os seus intelectuais orgânicos, o que até então não era pensado pelos marxistas. Macciocchi (1980, p. 187) pontua que Gramsci pode ser considerado o único marxista que articulou a questão dos intelectuais com sua estratégia revolucionária e afirma que a formulação gramscista deste problema ainda não foi plenamente compreendida pelo movimento revolucionário, devido a “certas tendências obreiristas e dogmáticas existentes na Europa ocidental”, que se dividem entre duas posições opostas e igualmente falsas: a desconfiança e a hostilidade do proletariado em relação aos intelectuais (vistos como uma camada não-proletária) e a utilização do intelectual somente como um instrumento e uma espécie de adorno para o partido e para o movimento, principalmente se o intelectual for um “grande intelectual” com influência nas altas esferas do pensamento e da arte. Tal forma de ver a questão faz com que o movimento revolucionário veja os intelectuais, no máximo, como aliados ocasionais, mas desde que não se envolvam organicamente com o proletariado.

Ao romper com esta forma de pensar a questão dos intelectuais e defender a relação orgânica do intelectual revolucionário com as classes operárias, Gramsci revela que a classe operária, até então, estava em desvantagem em relação às classes dominantes, que têm os seus intelectuais orgânicos, que atuam para produzir consenso em favor dos interesses dominantes, enquanto a classe operária ainda não contava com esse valioso recurso. Desnuda-se assim o discurso falacioso de Paola, que tenta colar o conceito de “intelectual orgânico” em Gramsci somente à estratégia revolucionária proletária, como se as classes dominantes não possuíssem também os seus intelectuais orgânicos.

Paola desenvolve uma desqualificação do pensamento de Gramsci e da própria luta pela hegemonia contida em seu pensamento, afirmando que as “lições de Gramsci” seriam “tomar escolas e universidades”, “assaltar redações de jornais”, mostrarem-se “pacifistas” e vítimas das violências da ‘direita’. (PAOLA, 2008, p. 89)

⁷ O conceito de “intelectual tradicional” em Gramsci é melhor explicitado em sua obra *A Questão Meridional*.

Paola refere-se então de forma extremamente pejorativa à questão da luta no interior dos “aparelhos privados de hegemonia” que, na teoria de Gramsci, são as instituições da sociedade civil onde a disputa pela hegemonia ganha vida. Mais uma ocultação ocorre, ao abordar essa questão. Na concepção paolina, tais instituições seriam neutras ou, no máximo, divulgadoras de valores universais, e estariam sendo “assaltadas” pelos “doutrinadores comunistas”, com o objetivo de atacar as tradições e os valores ocidentais. Em nenhum momento há referência ao fato de estas instituições servirem à ideologia da classe dominante. Assim, as lutas de classes ficam obscurecidas e se transforma o pensamento de Gramsci em um projeto maléfico que visa controlar mentes em nome de um projeto de poder.

Está claro no discurso de Paola o rebaixamento da teoria de Gramsci a um simples propósito autoritário que se sustentaria na doutrinação. Segundo ele, o objetivo político seria o “controle das consciências, através da modificação do senso comum”, e isto seria feito por meio do “domínio sobre os órgãos educacionais e de informação”, para controlar o pensamento e “modelar palavras e frases”, servindo aos “propósitos hegemônicos”. (PAOLA, 2008, p. 89)

Paola parte do pressuposto de que os valores, as tradições, a filosofia, as religiões, as regras morais e éticas – ou o conjunto chamado de “senso comum” - são necessariamente benéficos e que tentar modificá-los seria uma ameaça. Por exemplo: se se combate as regras morais e éticas dominantes, estaria se combatendo a moral e a ética em si, já que estas são percebidas de forma absoluta e não relativa. Por ocultar o fato de que as regras morais e éticas predominantes, as tradições e as religiões servem a interesses de classes e que também fazem parte do universo da disputa pela hegemonia entre as classes, inclusive, a dominante, Paola consegue apresentar o pensamento de Gramsci como sendo o “mal” combatendo o “bem”. E faz parte dessa narrativa a crítica à forma como o autor italiano concebe a sua noção de intelectual.

De acordo com Paola, “o conceito de intelectual sofre uma ampliação semântica, passa a ser a totalidade dos indivíduos, com qualquer nível de instrução que possam atuar na propaganda ideológica”. (PAOLA, 2008, p. 87) Está explícita a intenção paolina de associar o conceito de “intelectual” em Gramsci unicamente com ideologia política ou propaganda ideológica, dissociando o conceito de qualquer forma de conhecimento, visto que, para o autor, o seu pressuposto de conhecimento é aquele produzido de forma “independente” de ideologias políticas, pressuposto este que não impede o autor e os conspiracionistas de considerarem os seus discursos apologéticos como “neutros” e “sem máscara”, conforme a própria pretensão do *Mídia Sem Máscara*.

No entanto, em Gramsci, o conceito de intelectual não está associado somente a comprometimento político ou ideológico. E isto fica claro quando ele aborda a importância da

relação entre os intelectuais e as massas e a necessidade de elevar estas para além do senso comum. O que Paola chama de doutrinação e controle das mentes é a atuação dos intelectuais junto às massas, o que, em Gramsci, não tem relação com nenhum tipo de “doutrinação” ou autoritarismo, mas com um processo de elevação intelectual das massas, do desenvolvimento do senso crítico e da compreensão aprofundada dos mecanismos sociais e econômicos que engendram a dominação de classe. O que em Gramsci é um processo libertador, Paola vê como um processo autoritário e doutrinator, recusando-se a colocar as coisas em termos de lutas de classes, e preferindo construir narrativas binárias entre o “bem” e o “mal”.

Gramsci considerava toda forma de pensar e refletir sobre a realidade como uma atividade intelectual e filosófica, ainda que tal reflexão seja feita nos marcos do senso comum. Daí sua visão de que “todo mundo é intelectual e filósofo”. Mas a sua proposta é a elevação do nível intelectual do povo, não no sentido escolástico, mas no sentido de refinar a reflexão sobre a realidade social. Gramsci também considera como intelectual os membros de um aparato hegemônico, ou seja, um sargento semianalfabeto seria um quadro; o trabalhador rural dirigente de uma liga seria um intelectual, pois é um dirigente e educa e organiza a massa de trabalhadores. (MACCIOCCI, 1980, p. 203)

Paola desqualifica a noção de intelectual de Gramsci porque possui uma concepção de intelectual e de cultura elitista e preconceituosa. Conforme ele mesmo diz, do conceito de intelectual orgânico de Gramsci deduz-se a noção de cultura no sentido antropológico, a qual ele considera um “rebaixamento” do que seja cultura, já que seriam as formas de expressão popular. Ele afirma que, até o advento do relativismo cultural, cultura significava “um conceito implícito de valor: existiam pessoas ou povos incultos”. Cultura era “algo a ser adquirido com esforço”. Agora, a cultura teria passado de uma “alta expectativa de valor” para um simples conceito antropológico-descriptivo: “a totalidade das manifestações e formas de vida de um povo, mesmo os mais primitivos”, obtendo-se o que ele considera um “nivelamento por baixo alarmante”. (PAOLA, 2008, p. 88)

Paola ainda pensa em termos de povos “avançados” e “povos primitivos” e considera cultura como algo adquirido nas hostes acadêmicas e restrito a poucos privilegiados. Daí sua concepção elitista de intelectual. O autor parece ser motivado também pelo temor das implicações subversivas da concepção de intelectual de Gramsci e das relações que este defende entre os intelectuais e as massas, daí sua preocupação em desqualificar a atuação libertadora e de desenvolvimento do senso crítico como sendo “doutrinação” e “controle das mentes”.

Como para Gramsci o intelectual é o cimento entre a infra e a superestrutura, o seu ser

intelectual (o especialista) desdobra-se em um ser “político”, que se engaja, enquanto militante da classe a que está ligado organicamente. Isso serve tanto para as classes dominantes como para as dominadas. No caso específico do intelectual orgânico do operariado, seu papel enquanto ligação orgânica modifica as relações entre os intelectuais e o povo, criando uma relação dialética entre dirigentes e dirigidos, aparecendo então o novo “bloco histórico”, como unidade entre infra e superestrutura, cuja ligação é feita pelos intelectuais. (MACCIOCCI, p. 198-99)

Como podemos perceber, está longe de ser uma relação de “doutrinação” ou “controle autoritário” das mentes, já que a relação entre dirigentes e dirigidos ou entre intelectuais e povo é dialética, isto é, um atua sobre o outro. E isso só é possível através da conscientização libertadora das massas em relação à sua situação de opressão, para poder, a partir desse conhecimento, transformar tal realidade e se apropriar dela de forma autônoma para seus próprios fins.

Paola instrumentaliza a sua interpretação da noção gramscista de intelectual como “doutrinadora” e “controladora de mentes” para o seu objetivo político de atribuir a Gramsci, de forma teleológica, os resultados do regime de tipo soviético, a saber, a existência de um partido burocratizado que centraliza decisões e impõe às massas trabalhadoras, enquanto seu “representante”, formas de pensar e de controle do trabalho.

Assim como Marx, Gramsci seria um dos responsáveis pelo desenvolvimento do regime autoritário “doutrinador” soviético. E acusa o autor italiano de inverter a suposta fórmula leninista de conquista da hegemonia, que se daria após a tomada do poder. Agora, a hegemonia seria conquistada antes, tornando-a “indolor”, “pois as massas já estariam pensando e agindo dentro das amarras comunistas do pensamento e a conquista do poder seria quase rotineira”. (PAOLA, 2008, p. 86)

Há uma série de distorções históricas e teóricas acerca do que foi a revolução bolchevique, do pensamento de Lenin enquanto líder da revolução na Rússia e das diferenças entre este e Gramsci, levando a uma grave distorção do conceito de hegemonia no pensamento do autor italiano. No que diz respeito à revolução bolchevique, Paola supõe que esta foi realizada por uma elite de vanguarda do partido comunista sem a participação das massas operárias e que, depois da chegada ao poder, passou a impor pela força as medidas em direção ao socialismo, coerção esta que teria sido feita sobre as próprias massas operárias. No entanto, a historiografia sobre a revolução de outubro está repleta de exemplos da ativa participação das massas de operários e soldados na insurreição de outubro de 1917⁸.

8 Um exemplo é o trabalho de A. Rabinowitch, intitulado *Prelude to Revolution – The Petrograd Bolsheviks and The July 1917 Uprising*, publicado pela Editora da Universidade de Indiana, em 1991. Na linha da História Social, temos os trabalhos de Diane Koenker. *Moscow Workers and the 1917 Revolution*. Princeton, 1981; e Mark David Mandel, em sua tese de doutorado *The Development of Revolutionary Consciousness among the Industrial Workers of Petrograd*

Paola omite também o fato de que o conceito de hegemonia em Gramsci foi desenvolvido, em grande parte, como resultado da sua percepção de que havia grandes diferenças estruturais nas formações sociais do oriente e do ocidente, ou seja, no oriente, não havia uma sociedade civil desenvolvida. No caso russo, por exemplo, o autocratismo herdado do período czarista ainda era muito forte, enquanto, nas sociedades ocidentais, o processo de expansão da sociedade civil era uma realidade, havendo o fortalecimento das superestruturas no processo de manutenção da hegemonia do capital nessas sociedades de capitalismo desenvolvido e, portanto, as estratégias de lutas também deveriam ser diferentes.

Paola demonstra total desconhecimento acerca das influências de Lenin sobre Gramsci, inclusive no desenvolvimento da própria questão da hegemonia. A problemática da hegemonia não estava ausente no pensamento leninista. Gruppi enfatiza que a noção leninista de “ditadura do proletariado” seria a direção de um determinado tipo de alianças, ou seja, a ideia de hegemonia está contida nela. O termo “hegemonia” aparece nas análises de Lenin sobre o contexto da revolução de 1905, na Rússia, quando ele defende que esta deveria ser uma revolução democrático-burguesa sob a hegemonia e a direção do proletariado, em aliança com o campesinato. Lenin argumentava que o proletariado em aliança com o campesinato deveria ser o dirigente da revolução democrático-burguesa, o que resultaria em um desenvolvimento do capitalismo em bases mais favoráveis à classe operária, permitindo que esta organizasse sua luta e pudesse preparar as condições para a futura revolução socialista. Lenin entendia a hegemonia não apenas como direção política, mas como direção moral, cultural e ideológica. (GRUPPI, 1978, p. 6 e 11)

Dessa forma, Paola está totalmente errado no que diz respeito à afirmação de que a questão da hegemonia não foi pensada no processo revolucionário soviético. Quanto à sua concepção de que a ideia de hegemonia em Gramsci era sinônimo de “doutrinação” e “controle das mentes”, resulta de outra grave distorção dos escritos gramscinianos. Nestes, a classe operária e as massas não são simples objeto de controle por parte das lideranças de vanguarda do partido, mas concebidos como sujeitos de toda a ação revolucionária e do próprio processo de conquista da hegemonia. A hegemonia do operariado, em Gramsci, só é possível a partir do despertar da consciência de classe, da superação do senso comum, do reconhecimento das massas operárias enquanto objetos de opressão por parte da classe dominante e do seu reconhecimento como sujeitas de sua própria libertação. O partido e os intelectuais seriam os intermediários desse processo, mas nunca os dirigentes totais, e ainda que cumpram um papel dirigente, sofrem dialeticamente a intervenção das massas conscientes. A própria noção de intelectual coletivo e sujeito coletivo já desmente esta visão paolina. É o coletivo que faz a história da revolução, e não a vanguarda.

between February and November 1917. Columbia University, 1977.

A noção distorcida de hegemonia em Gramsci como sendo uma “ideologia totalitária” imposta às massas está associada à teoria do totalitarismo. Segundo Manuel Loff, a teoria do totalitarismo lançou a suspeita sobre a espontaneidade e a representatividade real da representação sociopolítica, ao propor uma explicação da mudança social radical e da mobilização social das massas nas sociedades contemporâneas como fenômenos explicáveis pela manipulação deliberada, calculada e arquitetada por grupos políticos que se autointitulam como “vanguardas”. (LOFF, 2011, p. 8-9)

Paola utiliza o termo “totalitarismo” não somente para o regime do chamado socialismo real, ele busca encontrar nos escritos de Marx e de Gramsci o germe desse “totalitarismo”, como se os autores estivessem concebendo uma sociedade “totalitária”, comandada por uma elite burocrática ou de intelectuais, e o faz a partir da manipulação e distorção de conceitos e da obra dos referidos autores, com o objetivo de “anatemizar” a ideia de revolução.

Um outro conceito de Gramsci que sofre manipulação e distorção por parte de Paola é o conceito de “Estado ampliado”, que é apresentado como se fosse uma pauta ou uma proposta política de Gramsci, com o objetivo de acabar com o Estado burguês, e não resultado de uma análise das sociedades capitalistas mais desenvolvidas e complexas. Paola afirma que Gramsci estaria defendendo o que deveria ser a democracia para ele através do conceito de “Estado ampliado”. “Sob este conceito, o Estado não se limita aos órgãos do governo, mas abrange diversos organismos sociais. A “sociedade civil” passa a indicar a direção política e cultural e a exercer algumas das funções que tradicionalmente cabem ao governo.” Para Paola, o objetivo seria passar por cima das decisões do Congresso Nacional, além de aviltar a ação da Justiça, “levando Juízes e Desembargadores a relativizar a aplicação da lei”, passando a ditar sentenças, não de acordo com a lei, “mas seguindo os ditames das ONGs dos direitos humanos ou ambientais ou qualquer outra coisa”. E acrescenta que “elevado às últimas consequências, o Estado ampliado significa o fim da política e da justiça, o fim do Estado “burguês”. (PAOLA, 2008, p. 94-95)

Percebemos então a transformação de um conceito analítico em pauta subversiva contra a justiça e a política, nos revelando que, para Paola, justiça limita-se ao que está na lei, desconsiderando as ingerências de classe e a manutenção das estruturas sociais e econômicas dominantes através da legislação, ou seja, a lei é vista como neutra e sinônimo de justiça absoluta. Revela-nos também que, para ele, as demandas sociais, ainda que legítimas e justas, ao se chocarem com as limitações legais das instituições burguesas, deixam de ser democráticas e passam a ser uma ameaça à democracia, já que o modelo de democracia burguês é considerado o único válido.

Gramsci é, assim, apontado como o criador de uma pauta política chamada de “Estado

ampliado”. Quando, na verdade, o que ele faz é analisar as sociedades de capitalismo avançado e perceber que as classes dominantes usam, não apenas a sociedade política – aparelhos de repressão, executivo, judiciário e legislativo – para impor seus interesses, mas também os “aparelhos privados de hegemonia”, situados no âmbito da sociedade civil, para construir o consenso e assegurar a sua hegemonia. Por isso, para Gramsci, a hegemonia de uma classe se dá via coerção e consenso. Paola, ao pretender desqualificar o pensamento de Gramsci e, ao mesmo tempo, os movimentos sociais e instituições da sociedade civil que lutam por pautas as quais ele considera uma ameaça aos interesses constituídos, resolve, então, retirar a noção de “Estado ampliado” em Gramsci do universo dos conceitos, e transferi-la para o universo da ideologia política pura e simples.

Dessa forma, o que Paola faz, na verdade, é uma apologia da sociedade burguesa e de sua democracia limitada, e não uma análise do pensamento de Gramsci, visto que as ideias contidas na teoria gramscista são totalmente distorcidas e descaracterizadas.

3. Manipulação de conceitos – comunismo, capitalismo, metacapitalismo e imperialismo

Heitor de Paola faz uso de determinados conceitos de forma manipulada para servir à narrativa predominante do conspiracionismo. O público deve ser convencido de que o racional, o bom, o moral é o modelo liberal capitalista, e tudo o que se opõe a isso é o mal absoluto. A narrativa serve-se também do deslocamento de elementos do capitalismo que mancham a visão idílica do sistema para o campo do adversário político combatido.

Iniciando pelo conceito de *comunismo*, o autor não se preocupa em conceitualizar em termos de modo de produção ou projeto de sociedade o que seria comunismo. Não há em sua obra nenhuma discussão acadêmica sobre os processos históricos que levaram à construção do chamado socialismo real e os problemas que existiam nos regimes socialistas do leste europeu. Alguns problemas apontados, inclusive, pelos marxistas críticos do modelo implantado nesses países aparecem no discurso de Paola como resultado planejado desde o início pelos revolucionários de outubro, conferindo ao processo histórico um caráter teleológico com intencionalidade maligna.

A moralização do discurso anticomunista é acompanhada da desmoralização do comunismo em si, que de tão ruim, não precisaria sequer ser conceitualizado, apenas usado para difamar os seus defensores, em uma narrativa essencialista e naturalizada sobre os comunistas em geral. O primeiro passo é negar ao comunismo qualquer projeto digno de sociedade, acoplando aos comunistas, sem exceção, o caráter amoral e maléfico. No prefácio da obra, escrita por Olavo de Carvalho (2008, p. 26), este usa como legitimadora desse discurso a sua experiência na militância em uma organização

de esquerda, a Ação Popular⁹. Haveria, segundo ele, o abandono das “noções burguesas de moralidade religiosa”, para fazer o indivíduo matar e roubar em nome da causa. Baseia-se em David Horowitz,¹⁰ para quem ser contrarrevolucionário é a mesma coisa que sanidade moral e decência humana. (PAOLA, 2008, p. 27) Ou seja, a essência de todo revolucionário e comunista seria a amoralidade e a indecência humana, como se os contrarrevolucionários pelo mundo à fora nunca tivessem praticado nenhum ato desumano para manter o *status quo* dominante. A violência seria monopólio dos comunistas e revolucionários; os contrarrevolucionários, se e quando praticam violência, seria sempre para salvar o mundo do “mal” comunista.

Carvalho (2008, p. 28 e 36) nega a existência de qualquer utopia no comunismo; esta seria apenas estratégia discursiva para atrair simpatizantes e convertê-los em “idiotas úteis”, sendo a essência do comunismo produzir mentiras. Acusa a ideologia comunista de falta de empatia e amor ao próximo, misericórdia e ternura, pois o “amor a toda a humanidade” substituiria o amor a indivíduos concretos.

Percebe-se nesse discurso uma contradição. Ora o comunismo é apresentado como não possuindo utopia, o que equivale a dizer que nenhum projeto de melhorar a sociedade existe de fato entre os comunistas, ora a utopia existe, mas é apenas uma propaganda enganosa para atrair adeptos, que são enganados pelas lideranças revolucionárias, ou tal utopia gera a disposição para o mal, sendo em essência má.

Como o comunismo é representado como o mal absoluto, os líderes revolucionários comunistas sofrem um conjunto de xingamentos e difamações na obra de Paola. Paola afirma que Lenin era “pessoa má e disposta a matar”, assim como os nazistas. O comunismo é criminalizado e colocado no mesmo patamar do nazismo e o autor cita métodos “maléficos” - desinformação, mentiras e provocações - da KGB associados aos “princípios leninistas”, utilizando como fonte dissidentes soviéticos, para dar mais credibilidade às informações. (PAOLA, 2008, p. 52-58) Na narrativa de Paola, o contexto da Guerra Fria não importa e pressupõe-se que a CIA e as agências de informação do ocidente nunca praticaram atos controversos do ponto de vista moral em nome da defesa dos interesses do capital.

O processo narrativo de demonizar o comunismo e seus defensores estende-se, obviamente, a todas as organizações da esquerda revolucionária ou mesmo reformistas, visto que, para os

9 A Ação Popular (AP) foi uma organização política de âmbito nacional, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Para maiores detalhes, ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>.

10 Horowitz é um escritor e liberal conservador norte-americano, que chegou a ser marxista e membro da nova esquerda na década de 1960, mas, posteriormente, afastou-se da esquerda e passou a se identificar como de direita. Relata sua jornada ideológica em seu livro de memórias *Radical Son: A Generational Odyssey*, sendo fundador do *David Horowitz Freedom Center* (anteriormente denominado *Center for the Study of Popular Culture*).

conspiracionistas, não há diferença entre elas, e toda a esquerda é agrupada no conceito de comunismo. Trata-se de uma estratégia para desqualificar qualquer proposta de atendimento dos interesses populares, ainda que dentro do capitalismo. Essa narrativa manipulatória atribui a todas as organizações populares a principal finalidade de “funcionar como massa de manobra” e relaciona o termo “peleguismo” às organizações sindicais como um todo, apresentando a existência de sindicatos pelegos como “evidência” de que todos eles servem apenas de suportes para os dirigentes. (PAOLA, 2008, p. 143) A parte – aquela que é comprometida com os interesses capitalistas – é tratada como o todo, numa clara tentativa de desqualificar as organizações de defesa dos trabalhadores.

Tudo o que se contrapõe ao modelo liberal capitalista ou que pretenda reformas no capitalismo é apresentado como compondo o “grupo do mal”, entre os quais as “Reformas de Base” de João Goulart – segundo ele, de “forte influência comunista” –, que teria sofrido a oposição do “povo brasileiro” em um “levante de massa contra os projetos janguistas e comunistas”, que visavam acabar com a democracia, tendo as Forças Armadas brasileiras atuado para defender o regime democrático em 1964. (PAOLA, 2008, p. 143)

Os revolucionários e comunistas são sempre colocados na condição de algozes, nunca reagentes a uma situação de opressão. O termo “terrorismo” é usado para desqualificar todas as formas de luta popular e suas organizações. (PAOLA, 2008, p. 152-53)¹¹. Não é feita uma contextualização histórica do surgimento dessas organizações, como se tivessem surgido sem motivo algum, a não ser acabar com a democracia, como se nenhuma das pautas que defendiam fossem justas ou compreensíveis no contexto de opressão imperialista naquele momento histórico.

A justificação do AI-5, editado em 1968, no Brasil, que levou à intensificação da ditadura empresarial-militar no país, é feita fazendo-se referência à necessidade de se paralisar a “ofensiva terrorista”, defendendo-se a tese de que a luta armada não teria sido, “como é ensinado aos jovens”, uma reação ao AI-5, pois ela já existiria antes, ainda nos governos democráticos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. A chamada contrarrevolução de 1964 e o AI-5 é que teriam sido reações à crescente escalada da luta armada de acordo com determinações de Cuba. (PAOLA, 2008, p. 153)

É verdade que já havia organizações políticas que defendiam a luta armada antes de 1964.¹² No entanto, elas de modo algum eram dominantes no campo da esquerda brasileira, não havendo

11 Entre as organizações citadas estão Tupamaros (Uruguai); Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) (Brasil), etc.

12 Parte da esquerda que aderiu à luta armada se originou do PC do B e da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop), que já haviam saído do PCB antes do golpe por discordarem das orientações pacifistas do partidão. Ou seja, já defendiam o caminho da luta armada antes de 1964. Cf. Angelo (2011, p. 58)

nenhuma escalada da luta armada antes de 1964. Mas é parcialmente verdadeiro que o golpe reforçou os projetos de luta armada em alguns grupos da esquerda, pois confirmava na visão deles a inviabilidade de um caminho pacífico para a revolução, tese que muitos deles já defendiam contra as posições do PCB. Além disso, a luta armada teve sua existência efetiva no período entre 1967 e 1973, e acabou servindo de pretexto para setores das forças armadas recrudescerem a ditadura e não entregarem o poder aos civis, mas a guerrilha nunca chegou a ameaçar seriamente a ditadura, esta sim, estava fortalecida. (ANGELO, 2014, p. 57)

Na obra de Paola, a luta pela revolução socialista é antidemocrática, e não um projeto de radicalização democrática em outras bases e segundo um outro modelo de democracia. Ainda que os projetos de sociedade de muitos grupos guerrilheiros não se encaixassem no modelo liberal-democrático, taxá-los de antidemocráticos, como se a liberal democracia fosse o único modelo possível de democracia, é empobrecer a discussão dos processos históricos e dos projetos de sociedade em disputa, com o único objetivo de demonizar um lado da luta e romantizar o outro.

A estratégia de demonização do comunismo e das organizações de esquerda em geral é acompanhada da negação dos problemas estruturais do capitalismo, como as desigualdades e injustiças sociais e a opressão do capital sobre a massa de trabalhadores. Pois, a negação da injustiça torna a luta contra ela desnecessária, retirando qualquer justificativa para a existência de outras propostas de sociedade para além do capitalismo. Assim, todos os que lutam contra ele ou defendem reformas no sistema são automaticamente desacreditados ou vistos como representantes do mal, que querem conspurcar a pureza e a beneficência do sistema do capital. O termo comunismo deixa de ser um conceito que representa uma proposta justificável de organização social, política e econômica alternativa ao capitalismo para se transformar em um xingamento e categorização de pessoas más e essencialmente violentas e antidemocráticas.

O conceito de *capitalismo*, na obra de Paola, é restrito a uma situação ideal de livre concorrência. A visão idílica do que seja o capitalismo, não como um sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção em que a extração da mais-valia é a sua base, e sim como o reino da liberdade e da meritocracia nas trocas no mercado com base na concorrência perfeita, em que os sujeitos estão em igualdade enquanto vendedores de produtos ou simplesmente da sua força de trabalho, faz com que se desloque do capital e de sua natureza os problemas do capitalismo contemporâneo, como por exemplo os oligopólios e seu domínio sobre o Estado.

Na narrativa conspiracionista, a concentração e a centralização de capital não fazem parte do desenvolvimento do capitalismo, mas são resultado de iniciativas de indivíduos maléficos, que só pensam em aumentar os seus lucros às custas da livre concorrência. Assim, o problema não estaria no sistema, mas na ética e na moral dos indivíduos. Dessa perspectiva, nasce o conceito de

metacapitalismo. Tal conceito foi desenvolvido por Olavo de Carvalho para se referir aos empresários que não querem se submeter à livre concorrência. “A classe que transcendeu o capitalismo e o transformou no único socialismo que algum dia existiu ou existirá: o socialismo dos grão senhores e dos engenheiros sociais a seu serviço.” (PAOLA, 2008, p. 254-55)

Paola e Carvalho acoplam ao socialismo e, dessa forma, à esquerda em geral, a existência de grandes conglomerados transnacionais, que oligopolizam ou monopolizam o mercado. Assim, aquilo que pertence ao sistema capitalista por excelência é transferido para o adversário político. O problema não é o capital, mas a ação de indivíduos maléficos, que possuem a mesma essência dos comunistas e que, por isso, com eles se associam para dominar o mundo.

A ponte que Paola e Carvalho fazem entre empresários oligopolistas e o socialismo/comunismo é a categoria monopólio e o suposto combate à “sociedade verdadeiramente individualista e livre”. Nessa perspectiva, Paola cita Anthony Sutton¹³, o qual afirma que houve apoio de banqueiros aos bolcheviques, e tal apoio teria ocorrido porque os bolcheviques lhes deram acesso ao poder, pois comungavam com eles a oposição à liberdade, principalmente a de mercado. (PAOLA, 2008, p. 254)

Mas, segundo Paola, como essa aliança seria possível? A resposta é que o comunismo, na prática, seria uma cultura e um sistema no qual o poder total está nas mãos do Estado.¹⁴ Há o monopólio do poder econômico, político, das comunicações, educação, religiões, moral, nada escapa ao poder do Estado, representado pelo governo e órgãos acessórios. Não seria um sistema anticapitalista, mas sim controlador monopolista da produção, distribuição e varejo e, por isso, sua essência seria impedir a concorrência. Nesse caso, o comunismo confluiria com os chamados “metacapitalistas”, pois estes, ou seja, os grandes empresários, surgem depois de terem feito fortuna através da livre concorrência, mas que depois se tornaram monopolistas de mercado. A livre concorrência passa a ameaçá-los. (PAOLA, 2008, p. 254-55)

Ao apontar as diferenças entre os metacapitalistas e os comunistas, afirma que os últimos defendem o monopólio do Estado, mas os banqueiros internacionais conseguiriam dominar o governo comunista, através de empréstimos subsidiados pelos impostos dos países ricos, manipulação do Banco Central, campanhas políticas comprando votos e corrompendo políticos para votarem a favor de seus interesses. Assim, desaparecem as diferenças entre ambos, pois “o regime

13 Trata-se de um economista, historiador e autor britânico, especialista na Ordem de Skull & Bones (sociedade secreta estudantil dos EUA, também chamada de “Irmandade da Morte”, fundada em 1832, introduzida na Universidade Yale por William Huntington Russell e Alphonso Taft em 1833. Os candidatos à Ordem são exclusivamente homens brancos, protestantes, e são originários habitualmente de famílias muito ricas.) Sutton investigou a relação entre esta sociedade secreta e o advento da Nova Ordem Mundial.

14 Note-se que o autor abstrai as diferenças conceituais entre socialismo e comunismo, considerando comunismo a etapa que pertenceria à transição socialista.

socialista os atrai exatamente por serem ambos monopolistas.” (PAOLA, 2008, p. 255)

Os metacapitalistas não seriam, portanto, anticomunistas, apenas os pequenos e médios empresários, a classe média e o povo em geral “que precisam da concorrência para crescer de status social”. Aos metacapitalistas não importa que os demais monopólios – como educação, cultura, religião – sejam dominados pelos comunistas, desde que estes estimulem a crença absoluta no regime e anulem as oposições. (PAOLA, 2008, p. 256)

Dessa forma, os conspiracionistas acreditam na grande conspiração entre comunistas e grandes empresários e suas fundações bilionárias para dominar o mundo e acabar com o reino da liberdade. E, a partir dessa perspectiva, interpretam, inclusive, os investimentos capitalistas na Rússia pós-revolução de outubro, como parte dessa estratégia. A crença de que os capitalistas (no caso, os metacapitalistas) são os maiores inimigos dos marxistas seria errônea. A aliança entre metacapitalistas e os revolucionários sempre teria existido para benefício mútuo. Os bolcheviques teriam se aproveitado de uma aliança invisível com os supostos inimigos, utilizando-os para acumular capital antes de expropriá-los. (PAOLA, 2008, p. 246)

A falta de lógica e coerência da narrativa é explícita. Afinal, se a expropriação dos capitalistas ocorrerá, como negar a oposição de interesses entre ambos? A necessidade de acoplar aos comunistas os malefícios do capitalismo e deslocá-los do sistema capitalista para fundamentar a sua tese conspiracionista do domínio mundial pelo comunismo produz narrativas esdrúxulas e inconsistentes como esta.

O objetivo político de romantizar o capitalismo, associando-o com o reino da liberdade e da individualidade, não permite que se aceite como parte inerente da realidade do capital a formação dos oligopólios e monopólios. Desconsidera-se então que a concorrência leva ao fim dela própria, em um movimento já descrito por Marx, ao analisar o fenômeno da centralização e concentração de capitais como inerente ao capitalismo. (MARX, 1996, p. 255-258)

O conceito de metacapitalismo é, portanto, a tentativa de dissociar o fenômeno da concentração e centralização de capitais do sistema capitalista, transferindo-o para a responsabilidade de indivíduos de moral duvidosa. A moralização do fenômeno o desloca do seu local de origem, que não está no indivíduo que se cansou de atuar na livre concorrência, mas no próprio sistema, que leva à necessidade da eliminação dos concorrentes para a sobrevivência do próprio capital em seu impulso de acumular taxas de lucro cada vez maiores, associado à formação do mercado mundial, que escapa à esfera das decisões de escopo individual.

A abstração do conceito de monopólio, como se o monopólio do Estado sobre os meios de produção e distribuição nos regimes socialistas fosse de essência equivalente a dos monopólios privados no capitalismo, é uma visão extremamente superficial do fenômeno. Além de

desconsiderar o caráter transitório do Estado durante a fase socialista, a narrativa omite que o Estado no socialismo não é o mesmo Estado no capitalismo. As classes sociais que dominam a máquina do Estado e os objetivos de organização social e econômica não são os mesmos. Não existe análise de fato das realidades abordadas, apenas o uso de um conceito com objetivos políticos, que mascara a essência dos fenômenos para sustentar uma tese conspiracionista.

Heitor de Paola utiliza também o conceito de “imperialismo”, sempre associado à URSS e ao comunismo em geral. O conceito aparece em uma citação que Paola faz de Arthur Schlesinger Jr.¹⁵, segundo o qual a URSS seria o perigo real para a América e o Ocidente, já que o mundo inteiro “poderá satisfazer o imperialismo totalitário”. (PAOLA, 2018, p. 130)

Paola relaciona o conceito de imperialismo ao conceito de revolução internacional, associando o que chama de imperialismo soviético a várias estratégias mundiais do comunismo. - entre elas a revolução bolchevique, a criação da Internacional Comunista e dos PCs em diversos países, a política das frentes populares, ações de guerrilha, dentre outras. (PAOLA, 2008, *passim*).

Podemos observar em sua obra uma tentativa de considerar práticas de caráter imperialista como parte da essência do comunismo, visto que se associa o imperialismo com o conceito de revolução internacional. Faz parte dessa estratégia a percepção do chamado “expansionismo soviético” sobre o Leste europeu no pós-guerra como um exemplo do imperialismo comunista. Assim, imperialismo soviético ou comunismo aparecem como sinônimo de domínio mundial e ameaça às liberdades democráticas no mundo todo.

O que torna o conceito de imperialismo problemático na obra de Paola não é o seu uso em si para se referir à URSS, mas a forma como é utilizado. Existem pensadores situados no campo do marxismo que também utilizam tal conceito em relação à URSS, baseando-se na ideia de que teria havido uma subversão dos princípios socialistas e que a lógica do capital não teria sido destruída nos regimes do socialismo real.¹⁶

No que diz respeito ao chamado expansionismo soviético sobre o leste europeu no pós-guerra, é preciso situá-lo no contexto de acirramento da Guerra Fria – percebido em uma série de eventos, como a vitória dos partidos de centro-direita na Europa ocidental, a alienação de movimentos comunistas na França, na Itália e na Finlândia, a derrota dos comunistas na guerra civil grega, etc. Assim sendo, a URSS abandonou a sua intenção inicial de respeitar os acordos de Yalta feitos com o Reino Unido e EUA e resolveu ampliar o seu controle político sobre os países da

15 Historiador norte-americano e crítico social de viés liberal, tendo sido assistente especial para assuntos da América Latina do Presidente Kennedy. Foi também um crítico do multiculturalismo.

16 Há, inclusive, autores stalinistas que acusam a URSS pós-Stalin de ter transformado as relações entre a URSS e os países do leste europeu em relações imperialistas, com a implantação de mudanças na forma de integração econômica entre esses países. Um dos representantes dessa corrente de pensamento é Enver Halil Hoxha, primeiro chefe do governo socialista da República Popular Socialista da Albânia, ao qual serviu por quatro décadas.

Europa oriental impondo o modelo socioeconômico soviético.¹⁷

O que se percebe na obra paolina é a ausência de uma análise coerente e substancial da realidade estudada que fundamente o uso do conceito *imperialismo*. Há, no entanto, o uso político do conceito com o propósito de desqualificar o comunismo ou qualquer proposta de transformação socialista. O uso político está ligado a sua tentativa de colar à essência do comunismo em si as práticas imperialistas, através da manipulação da ideia de revolução internacional como sinônimo de domínio mundial por um centro de poder e da descontextualização do que chama de “expansionismo soviético” para os países do leste europeu.

Para discutir essas questões, é importante a obra de August Talheimer (1946), na qual ele reconhece o expansionismo soviético durante e após a segunda guerra mundial, mas contesta a explicação que se dava então para esse fenômeno e o uso do conceito de imperialismo para defini-lo. Ele argumenta que é preciso considerar as determinações objetivas da política externa soviética, e não as intenções subjetivas dos líderes soviéticos, já que a expansão teria ocorrido por necessidade do contexto geopolítico formado a partir da Guerra Fria. Segundo o autor, todo imperialismo é uma forma de conquista, mas nem toda conquista é imperialismo, ou seja, o imperialismo seria uma forma de conquista própria do capitalismo monopolista e de sua necessidade de exportar capitais e mercadorias. Na concepção de Talheimer, o conceito de “imperialismo soviético” seria resultado de formas burguesas de pensamento, que procuram olhar para a lógica soviética como se fosse a mesma da lógica capitalista.

Segundo Talheimer (1946), se na URSS não havia excedentes de capitais a serem exportados – pelo contrário, ela tinha necessidades imensas de ingresso de capitais –, seu expansionismo não poderia ser de tipo imperialista. Se os excedentes de capital só existem nas formas capitalistas de produção – isso porque o capital só se torna excedente quando ao ser aplicado no próprio país ele não consegue obter mais-valia adicional ou quando a sua aplicação no exterior é mais lucrativa –, não poderia haver excedentes de capital na URSS, pois seu modo de produção não era baseado na busca de altas taxas de lucro. Não haveria também na URSS excedentes de mercadorias a serem exportadas, pelo contrário, a situação seria de “fome de mercadorias”.

Talheimer (1946) afirma que revolução internacional, na lógica dos movimentos socialistas e comunistas, seria o fomento de revoluções socialistas em outros países, correspondente à correlação de forças entre as classes nesses países. A ajuda militar externa por parte do Estado socialista apenas interviria para auxiliar as forças internas revolucionárias em caso de ameaça de contrarrevolução vinda do exterior, conforme a norma da Internacional Comunista sob liderança de

17 Para um aprofundamento das relações políticas e econômicas entre a URSS e os países do leste europeu no período stalinista e pós-Stalin, com a respectiva contextualização das transformações ocorridas nessas relações, ver JUBRAN, 2015.

Lenin. Nesse caso, o método usado é o da revolução mundial, o chamado internacionalismo socialista, no qual a força militar do país socialista existente é subordinada às forças revolucionárias internas, em uma relação igualitária.

O que se associa à ideia de “imperialismo soviético” seria o método de expansão socialista utilizado por Stalin, no qual a força militar externa da URSS é o fator decisivo, e não as forças revolucionárias internas, e estas se tornam forças auxiliares do conquistador, atropelando-se o internacionalismo proletário – no qual existe a ação conjunta e coletiva de nações autônomas e livres. O poder estrangeiro domina o território nacional e retira as classes dominantes do poder de cima para baixo e de fora para dentro. Nesse caso, a ação das classes trabalhadoras internas é impedida e, se emerge, é abatida como uma força inoportuna, eliminando a autonomia da organização dos trabalhadores no país conquistado e fomentando apenas organizações dependentes do conquistador e a ele articuladas e por ele controladas. O resultado é que a “socialização” não é executada conforme as condições de classes e necessidades no país conquistado, mas sim segundo o modelo soviético e as necessidades da economia soviética. Esse método não é o da revolução mundial, mas o da conquista. (TALHEIMER, 1946) Assim sendo, o autor diferencia claramente revolução mundial e internacionalismo proletário dos métodos de conquista utilizados pela URSS, os quais só podem ser compreendidos no contexto da Guerra Fria.

A análise de Talheimer lança uma luz fundamental para percebermos a manipulação existente na narrativa paolina de associar pura e simplesmente o conceito de revolução mundial e o internacionalismo proletário com o imperialismo, pressupondo que a revolução mundial, conforme os princípios comunistas, seria sinônimo de submissão política e econômica de todo o mundo a um centro de poder, no caso a URSS.

Dessa forma, o que Paola chama de “imperialismo soviético” são as práticas distorcidas do que deveria ser a revolução internacionalista proletária, que são produto do contexto da Guerra Fria, que teria forçado a URSS a controlar os países da Europa Oriental como forma de proteger o seu território e construir relações e parceiros comerciais aliados para enfrentar o acirramento das investidas capitalistas com o início da Guerra Fria. Porém, Paola relaciona de forma essencialista tais práticas ao comunismo como tal, distorcendo, para isso, o conceito de “revolução mundial” e internacionalismo proletário.

O uso do conceito de imperialismo na obra de Paola não é fruto de um trabalho de análise distanciada da política externa da URSS e nem da sua contextualização, mas resultado da vontade de demonizar o adversário político, associando-o com uma essência maléfica de “dominação”, identificada ao conceito de imperialismo, sem nenhuma discussão do próprio conceito e em que situações e relações ele seria apropriado para definir a realidade estudada. Além disso, no texto de

Paola, qualquer política de apoio soviético a forças revolucionárias nos países periféricos é apresentada como prática imperialista, sem observar se tais forças revolucionárias eram autônomas, se tinham base social e eram ou não ligadas à vontade das classes trabalhadoras organizadas desses países, tratando todas como se fossem produto de uma imposição soviética para dominar esses territórios.

Há, na obra de Paola, a ausência de qualquer referência ao imperialismo norte-americano ou dos países capitalistas ocidentais, apresentando-os sempre como “forças do bem” contra o “imperialismo do mal”, os soviéticos. Dessa forma, não se considera a essência imperialista do próprio capitalismo - visto que a ânsia pela valorização do capital impõe a expansão capitalista pelo mundo para explorar mercados e formas mais lucrativas de reprodução do capital -, atrelando à essência do comunismo algo que pertence, de fato, à natureza do capitalismo monopolista contemporâneo.

Conclusão

A obra do psicanalista Heitor de Paola, intitulada *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial*, é um dos produtos do movimento *Mídia Sem Máscara*, liderado por Olavo de Carvalho, e faz parte do conspiracionismo de inspiração norte-americana, possuindo também pontos de contato com o neoconservadorismo dos EUA. Defende, como tese central, que a chamada “nova ordem mundial” estaria sendo dominada pelos comunistas, construindo uma narrativa que visa anatemizar a ideia de revolução e desqualificar os defensores de uma nova sociedade produzida a partir da ruptura com o capitalismo.

A apologia do capitalismo é o móvel ideológico do trabalho do autor, utilizando algumas estratégias narrativas para construir uma concepção de mundo binária, na qual o “mal” é sempre associado à ideia de revolução e aos defensores de tal proposta, demonizando o comunismo e elaborando uma ideia de “inimigo” a ser combatido.

Faz parte da estratégia narrativa paolina a descontextualização dos fatos históricos e de eventos ligados à história soviética -, sendo um exemplo o expansionismo soviético em direção ao Leste Europeu -, para que a visão de mundo conspiracionista pareça real. O autor faz uso da manipulação dos conceitos comunismo, capitalismo, metacapitalismo e imperialismo, assim como se apropria indevidamente de conceitos e ideias presentes nas obras de Marx e Gramsci para elaborar uma visão estereotipada dos comunistas, do comunismo e da ideia de revolução mundial e internacionalismo proletário, a fim de fortalecer a sua ideia central de que o comunismo domina o

mundo atual, a despeito da hegemonia do capitalismo a nível mundial.

Referências Bibliográficas

- ANGELO, Vitor A. “Esquerda Armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica recente”. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 52-78.
- ARCARY, Valerio. “Sobre a crise histórica do capital: o debate sobre o bloqueio das forças produtivas no Programa de Transição”. *Revista História & Luta de Classes*, Vol. 27, 2019, pp. 29-38.
- AUGUSTO, André G. & CARCANHOLO, Marcelo D. “Ainda sobre a teoria da história em Marx”. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18, n. 33, jul./dez. 2014, p. 9-22.
- CASTELO, Rodrigo. *O Social-Liberalismo. Auge e Crise da Supremacia Burguesa na Era Neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CASTRO, Ricardo F. “Veneno Antidemocracia: conspiracionismo, ideologia e política”. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh*. Rio de Janeiro, 2016.
- FINGUERUT, Ariel. *A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara/SP, 2008.
- GIRARDET, Raol. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.
- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- JUBRAN, Bruno M. “A política externa soviética e seus desígnios econômicos: o caso do COMECON.” *5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Belo Horizonte, 2015.
- KOENKER, Diane. *Moscow Workers and the 1917 Revolution*. Princeton: Princeton University, 1981.
- LOFF, Manuel. “Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal.” *Culture & History Digital Journal*, 3, 2014.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A Favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MANDEL, Ernest. *El capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. Mexico:

Siglo XXI, 1985.

MANDEL, Mark D. *The Development of Revolutionary Consciousness among the Industrial Workers of Petrograd between February and November 1917*. Columbia: Columbia University, 1977.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. 1875. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000035.pdf>. Acessado em: 06/01/2020.>

_____, Karl. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MATTOS, Marcelo B. “Crise capitalista e acirramento da luta de classes: uma leitura nos 200 anos de Marx”. *Revista História & Luta de Classes*, Vol. 27, 2019, pp. 13-28.

PAOLA, Heitor de. *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Editora É Realizações, 2008.

PATSCHIKI, Lucas. *Os Litores da nossa Burguesia: O Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2012.

RABINOWITCH, A. *Prelude to Revolution – The Petrograd Bolsheviks and The July 1917 Uprising*. Indiana: Indiana University, 1991.

TAGUIEFF, Pierre-André. *L’imaginaire du complot mondial: aspects d’un mythe moderne*. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 2006.

TALHEIMER, Augusto. *Linhas e Conceitos Básicos da Política Internacional Após a II Guerra Mundial*, 1946. Disponível: <<https://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1946/mes/linhas.htm>.> Acessado em: 15/08/2019.